

ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Issam Rabih Menem¹

Cartografia colonial e a anexação de Jabal Amil ao Grande Líbano

Colonial cartography and the annexation of Jabal Amil into Greater Lebanon

RESUMO:


A dissolução do Império Otomano e a imposição de novas fronteiras pelas potências coloniais remodelaram profundamente o Levante, criando novas unidades políticas sob patrocínio europeu, dentre estas, a anexação da região de maioria xiita, Jabal Amil, ao recém-criado Estado do Grande Líbano sob o Mandato Francês (1920). Ancorado nos Estudos Pós-Coloniais, este artigo analisa criticamente as repercussões sociopolíticas dessa anexação. A fundamentação teórica articula conceitos de colonialismo, construção de fronteiras e política confessional. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica especializada e análise documental de fontes primárias, incluindo publicações da revista *al-Irfan* e petições à Comissão King-Crane, permitindo acessar narrativas locais marginalizadas pelas historiografias oficiais. Os resultados evidenciam que a anexação intensificou a marginalização política e econômica dos xiitas, limitando seu acesso a cargos públicos e investimentos em infraestrutura, ao mesmo tempo em que enfraqueceu lideranças tradicionais e estimulou o surgimento de movimentos armados de resistência. A ruptura das redes comerciais com a Palestina acentuou o subdesenvolvimento regional, enquanto o sistema confessional institucionalizado favoreceu elites cristãs e sunitas. A discussão aponta que, apesar de concessões pontuais como a criação da Corte Jaafari, a estrutura de poder manteve padrões excludentes, perpetuando desigualdades. Conclui-se que a anexação de Jabal Amil ao Grande Líbano não apenas redefiniu fronteiras geográficas, mas também consolidou fronteiras sociais e políticas, cujas implicações moldam até hoje as dinâmicas de identidade e marginalização da comunidade xiita no Líbano.

Palavras-chave: Jabal Amil; Mandato francês; Colonialismo; Comunidade Xiita; Grande Líbano

ABSTRACT:

The dissolution of the Ottoman Empire and the imposition of new borders by colonial powers profoundly reshaped the Levant, creating new political entities under European sponsorship. Among these was the annexation of the predominantly Shi'a region of Jabal Amil into the newly established State of Greater Lebanon under the French Mandate (1920). Grounded in Postcolonial Studies, this article critically examines the sociopolitical repercussions of this annexation. The theoretical framework articulates concepts of colonialism, border-making, and confessional politics. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, combining specialized literature review with documentary analysis of primary sources, including publications from the *al-Irfan* journal and petitions to the King-Crane Commission, thereby accessing local narratives marginalized in official historiographies. The findings show that the annexation intensified the political and economic marginalization of the Shi'a, limiting their access to public office and infrastructure investment, while simultaneously weakening traditional leadership and fostering the emergence of armed resistance movements. The disruption of trade networks with Palestine deepened regional underdevelopment, while the institutionalized confessional system favored Christian and Sunni elites. The discussion highlights that, despite occasional concessions such as the creation of the Jaafari Court, the power structure maintained exclusionary patterns that perpetuated inequalities. The study concludes that the annexation of Jabal Amil into Greater Lebanon not only redefined geographic borders but also consolidated social and political boundaries, whose implications continue to shape the dynamics of identity and marginalization of the Shi'a community in Lebanon to this day.

Keywords: Jabal Amil; French mandate; Colonialism; Shi'a Community; Greater Lebanon

¹ Mestre em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana; Doutorando, Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Porto Alegre, RS, Brasil.

issam_menem@hotmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-4636-8666>

INTRODUÇÃO

A dissolução de antigos impérios multiétnicos e multirreligiosos, como o Império Otomano, abriu espaço para a criação de novas unidades políticas sob patrocínio externo, com fronteiras definidas em fóruns internacionais (LEFEBVRE, 2011, p. 192). O mapa político contemporâneo do Oriente Médio reflete diretamente a partilha promovida pelas potências europeias no início do século XX. Franceses e britânicos traçaram linhas imaginárias, transformadas em fronteiras, e impuseram estruturas políticas dominantes. Assim, surgiram novas unidades estatais de forma arbitrária, sem o consentimento e a lealdade de seus habitantes.

As diferenças entre sírios, palestinos, libaneses, jordanianos e iraquianos foram estimuladas e potencializadas como uma estratégia de dividir socialmente e politicamente o levante árabe. O modelo europeu expresso na noção de Estado-Nação afrontou o padrão da sociedade árabe islâmica em que a família, o clã ou a tribo formavam a base da organização social. Adnan Khan (2016) avalia que esta estrutura política estranha compete até os dias atuais com as identidades religiosas, tribais e étnicas autóctones (p. 57-58).

Esta proposta de trabalho busca analisar o impacto sociopolítico em Jabal Amil, decorrente de sua anexação à nova unidade política do Grande Líbano em 1920. Entre os objetivos específicos, o

trabalho investiga as variáveis geopolíticas e sociais que culminaram na formação do Grande Líbano; analisa a formação de movimentos armados de resistência em Jabal Amil durante esse período e; avalia o impacto da anexação forçada de Jabal Amil ao Grande Líbano na marginalização social e política dos xiitas libaneses.

A pergunta de pesquisa investiga os efeitos da anexação de Jabal Amil ao Estado do Grande Líbano, em 1920, no contexto colonial francês, sobre a posição dos xiitas na sociedade libanesa, explorando tanto os aspectos políticos quanto socioeconômicos dessa marginalização: “De que maneira a anexação forçada de Jabal Amil ao Estado do Grande Líbano, sob o mandato colonial francês, contribuiu para a marginalização social e o subdesenvolvimento da comunidade xiita durante a República Libanesa (1926–1943)?”

A partir dessa pergunta, considera-se a hipótese de que a anexação forçada de Jabal Amil ao Estado do Grande Líbano, em 1920, sob o Mandato Francês, resultou em uma série de transformações políticas, econômicas e sociais que contribuíram para a marginalização da comunidade xiita durante o período da República Libanesa (1926–1943). A imposição do sistema político confessional pelos franceses consolidou um cenário de exclusão política dos xiitas, favorecendo outras elites confessionais e limitando seu acesso a espaços de decisão. No âmbito econômico, a interrupção das

trocas comerciais com a Palestina e a consequente dependência econômica do novo Estado libanês aprofundaram as desigualdades regionais, prejudicando o desenvolvimento de Jabal Amil. Socialmente, a anexação reconfigurou a estrutura de poder local, enfraquecendo as tradicionais lideranças feudais xiitas e impulsionando a construção de novas ideologias de resistência e mobilização. Dessa forma, os desdobramentos estruturais dessa anexação podem ser vistos como fatores fundamentais para a alienação e marginalização da comunidade xiita no Líbano contemporâneo.

A pesquisa adota uma abordagem crítica, ancorada nos Estudos Pós-Coloniais, para examinar as repercussões diretas e indiretas da anexação de Jabal Amil ao projeto colonial do Grande Líbano. O estudo se estrutura a partir de uma metodologia qualitativa, combinando revisão bibliográfica especializada e análise documental. A revisão bibliográfica visa mapear as interpretações historiográficas e teóricas sobre o tema, considerando tanto produções acadêmicas contemporâneas quanto fontes primárias raramente exploradas. A análise documental será conduzida com base em registros históricos de difícil acesso, especialmente as publicações da revista *al-Irfan*. Essa revista, além de representar um dos principais veículos intelectuais da comunidade xiita na época, fornece uma perspectiva privilegiada sobre os impactos da anexação, os debates políticos internos e as estratégias de resis-

tência ao domínio colonial francês. Seu conteúdo permite recuperar vozes e narrativas frequentemente marginalizadas nas historiografias oficiais.

Além disso, a pesquisa examinará relatórios e petições submetidos à Comissão King-Crane, documentos fundamentais para compreender as demandas políticas das populações locais frente à reconfiguração territorial e institucional imposta pelo mandato francês. A inclusão desses materiais permite não apenas reconstruir a percepção das lideranças xiitas diante da anexação de Jabal Amil, mas também contrastar essas visões com os discursos coloniais e os interesses geopolíticos em jogo. Ao recorrer a fontes históricas de difícil acesso e a documentos primários pouco explorados, a pesquisa busca oferecer uma leitura inovadora sobre os processos de marginalização e subdesenvolvimento da comunidade xiita, indo além das interpretações convencionais e trazendo à tona uma compreensão mais complexa e contextualizada das dinâmicas políticas e sociais do período.

A formulação dessa pesquisa se justifica pela necessidade de compreender criticamente os impactos históricos e estruturais do colonialismo francês na formação do Estado libanês e suas consequências de longo prazo para a comunidade xiita. A marginalização política dos xiitas, inseridos em um sistema confessional que lhes restringiu influência governamental, demonstra como o projeto colonial francês modelou a estrutura de poder

no Líbano. Além disso, a interrupção das redes comerciais pré-existentes, especialmente com a Palestina, gerou um impacto econômico significativo na região de Jabal Amil, aprofundando desigualdades e criando um contexto de dependência em relação ao centro político do Líbano. A dimensão social também é crucial para entender as mudanças no padrão de organização interna da comunidade xiita, que passou de um sistema dominado por lideranças feudais para novas formas de mobilização política e ideológica. Dessa maneira, este estudo busca articular os eventos históricos da anexação com seus desdobramentos estruturais no Líbano contemporâneo, oferecendo uma contribuição crítica para a análise do legado colonial e suas repercussões nas dinâmicas políticas, econômicas e sociais do país.

A QUESTÃO DA NACIONALIDADE

Apesar de Nações e Estados serem fenômenos antigos, Aníbal Quijano (2000) observa que o Estado-nação moderno é uma experiência específica, caracterizada por uma sociedade nacionalizada politicamente organizada, com instituições cidadãs e um sistema democrático que, ainda que relativo, promoveu certa igualdade jurídica, civil e política entre grupos desiguais (p. 226). Para o autor, todo Estado-nação é simultaneamente uma estrutura e um produto do poder, que articula formas diversas

de existência social e se manifesta na imposição de um grupo sobre outros, por meio do controle do trabalho, dos recursos, da autoridade e da definição da intersubjetividade e do conhecimento (p. 226). Nos contextos modernos, a coesão de seus integrantes depende da participação comum, mais ou menos democrática, na gestão das instituições públicas e de seus mecanismos de coerção como leis, forças de segurança e sistema judiciário, processo este que resulta em uma homogeneização parcial e temporária da população, não garantida apenas pela existência de um Estado central forte, mas pela construção de uma identidade e lealdade comuns (p. 226-229).

Essa construção de identidade coletiva e lealdade comum, segundo Quijano, enfrenta desafios ainda maiores nos contextos pós-coloniais, onde as fronteiras mantidas pelas novas elites refletem arranjos coloniais que nem sempre correspondem às realidades sociais e culturais locais. Após a independência das colônias, os novos políticos locais mantiveram, em grande parte, as fronteiras internacionais delimitadas na era colonial. Desta forma, Herbs (2000) aponta que as fronteiras e as delimitações geográficas são, de diferentes maneiras, o principal produto das administrações coloniais.

O historiador-geógrafo francês Augustin Bernard (1924) observa que diversos tratados resultantes da Primeira Grande Guerra foram basea-

dos no princípio das nacionalidades, sendo a nacionalidade reconhecida pela língua. Nesta perspectiva, coube à população que detém a maioria linguística governar o país, ressalvadas as garantias mais ou menos efetivas para as minorias. Entretanto, Bernard observa que nenhum desses princípios, parece aplicável ao Oriente. Em grande parte desta região, a relevância social de vários grupos domésticos é desproporcional ao seu número de membros. Assim sendo, o autor aponta que a língua não é um bom critério, especialmente para a região da Grande Síria, onde tanto muçulmanos quanto cristãos falam árabe, contudo, suas identidades não eram baseadas na língua ou em uma noção homogênea de nacionalidade, mas sim na religião e nas tradições comunitárias. Em suma, buscar estabelecer Estados socialmente homogêneos, em especial no Oriente, de acordo com um padrão ocidental, é simplesmente "quadrar o círculo". Este método não é possível e nem desejável (Bernard, 1924, p. 76).

Ao privilegiar modelos europeus de homogeneidade social, alheios às dinâmicas comunitárias e religiosas locais, as potências coloniais e as elites pós-independência perpetuaram uma ordem política marcada pela fragmentação e pela disputa de legitimidade, cujos efeitos seguem moldando as tensões e rearranjos geopolíticos da região até o presente.

GRANDE SÍRIA OU GRANDE LÍBANO? AMILIS E A COMISSÃO KING-CRANE

Com a derrota das Potências Centrais na Primeira Guerra Mundial em 1918, o Império Otomano, que havia se aliado à Alemanha e à Áustria-Hungria, entrou em colapso, perdendo definitivamente seus territórios árabes. No mesmo período, o sultanato otomano em Istambul foi abolido pelo movimento kemalista¹, que mais tarde estabeleceria a República da Turquia (1923), marcando o fim do império. No vácuo de poder deixado pelos otomanos, as potências vitoriosas, Grã-Bretanha e França, assumiram o controle das antigas províncias sírias por meio do sistema de mandatos da Liga das Nações. O território que hoje corresponde ao Líbano foi integrado ao Mandato Francês da Síria, enquanto os britânicos administraram a Mesopotâmia e a Palestina. Assim, 1918 representou não apenas o fim do domínio otomano, mas também o início de uma nova ordem regional, marcada pela influência europeia e pela emergência de Estados nacionais fragmentados.

No contexto do colapso da governança otomana da Grande Síria, a elite intelectual de Jabal Amil teve um papel primordial no combate às políticas de "turquificação"² do Império Otomano, que geraram tensões políticas e securitárias nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial. É incontestável que os xiitas de Jabal Amil apoiaram, polí-

tica e militarmente, a independência total de uma Grande Síria, ao mesmo tempo em que confrontaram sua incorporação ao projeto colonial do Grande Líbano (Menem, 2024, p. 79-80).

Os anos que antecederam a criação do Grande Líbano (1920) foram difíceis para os amilís³, pois, além dos atritos com as autoridades otomanas, estes foram recrutados em grande número para composição das tropas do Império durante a Primeira Guerra Mundial (1914), e, como resultado, seus campos agrícolas foram abandonados. No ano seguinte, uma gigantesca nuvem de gafanhotos devastou as plantações de Jabal Amil até o Monte Líbano. Assim, a deterioração das condições de vida em Jabal Amil desencadeou uma onda de emigração para os continentes americano e africano (Gharbieh, 1996, p. 50-52). Geograficamente, a região histórica de Jabal Amil se localiza no interior de Sídön e Tiro, no atual Sul do Líbano. Estudiosos xiitas afirmam que Jabal Amil é a mais antiga de todas as comunidades xiitas, apesar de essa afirmação não ser unânime entre os historiadores islâmicos (Hourani, 1986).

Durante a Conferência de Paz de Paris⁴, em 1919, o presidente estadunidense Woodrow Wilson demandou a formação de uma comissão internacional que percorresse pessoalmente os territórios do Império Otomano para compreender o posicionamento daquelas populações em relação ao futuro político da região no período pós-Primeira

Grande Guerra. O escopo geográfico inicial abrangia todo o Império Otomano, já bastante reduzido, em especial as regiões não turcas da Síria, da Palestina, da Mesopotâmia, da Cilícia e da Armênia. No entanto, diante da urgência do trabalho no contexto da Conferência de Paz de Paris, os comissários limitaram sua atuação à Síria e à Palestina.

Com base neste objetivo, constituiu-se a Comissão King-Crane, chefiada por Henry King (Oberlin College) e Charles Crane (filantropo e empresário de Chicago) e composta por cinco membros: Albert Howe Lybyer (assessor técnico geral da Comissão), Capitão William Yale (consultor técnico para as regiões do sul da Turquia), Dr. George Montgomery (conselheiro técnico para as regiões do norte da Turquia), Capitão Donald Brodie (secretário da Comissão) e Sami Haddad (médico e intérprete da Comissão de nacionalidade libanesa) (Menem, 2024, p. 83).

Ao final dos trabalhos, a comissão transcorreu por toda a Palestina, Síria e a região sul da Anatólia, incluindo importantes centros como Jerusalém, Ramallah, Nablus, Damasco, Beirute, Trípoli, Aleppo e Adana (Grossi; Milligan; Waddelow, 2011) onde receberam cerca de 1.863 petições de inúmeras comunidades religiosas, movimentos políticos e sociais, como de associações de diferentes naturezas (Encyclopaedia Britannica, 2013). Um relato interessante, exposto por Ken Grossi, Maren Milligan e Ted Waddelow (2011) é que o Departamento

mento de Estado estadunidense impediu que funcionários do governo examinassem o relatório, pois não era compatível com o “interesse público”. Somente em 1922, após o fim do mandato de Woodrow Wilson e a assinatura do Tratado de Sèvres (1920), é que se dividiu o Império Otomano e distribuíram-se os territórios árabes, contemplando as diretivas do Acordo Sykes-Picot (1916).

A pesquisadora Tamara Chalabi (2006, p. 65) percebe que as petições produzidas e apresentadas por populações amilis à Comissão King-Crane e ao Alto Comissariado francês destacam-se como a primeira e principal experiência na história moderna de Jabal Amil em que a população local precisou formular uma posição política institucional própria. De modo geral, a comissão percebeu um amplo apoio em todo o Levante para uma grande Síria independente (Bâli, 2016, p. 115-119). Entre os amilis, a elite intelectual e parte dos ulemás⁵ respaldaram o posicionamento pró-árabe. O líder religioso amili Sayed Abd al-Hussein Sadiq, da cidade de Nabatieh, expressou seu fervoroso apoio ao Rei Faisal I⁶, em 1919, declarando-o rei até a morte. Outra distinta liderança religiosa local, Sayed Abd al-Hussein Sharaf al-Din, registra de forma enérgica sua posição frente aos questionamentos da Comissão:

Apresentei os desejos da *umma*: unidade síria, independente com um governo constitucional descentralizado com Faisal como

seu rei. Recusei que qualquer Estado estrangeiro tivesse uma mão no governo... incluindo a França. Pedi ajuda da América porque é uma nação forte e rica, distante da ganância do imperialismo. Esta é a razão pela qual nossa relação com os franceses se deteriorou (Sharaf al-Din, 1919, apud Chalabi, 2006, p. 65).

Esse posicionamento não era exclusivo dos amilis xiitas. Na cidade costeira de Sídón, predominantemente sunita, demandou-se independência total e completa para a Síria e a anexação das comunidades cristã e judaica de Sídón ao Monte Líbano. Outro ponto importante que vale realçar é o pedido de um governo Sírio separado do Hijaz (Chalabi, 2006, p. 86).

Cabe ressaltar que a comissão produziu três relatórios finais, que, em parte, divergiam nas recomendações: um oficial e dois internos, tendo sido os internos elaborados por Montgomery e Yale. No relatório de Montgomery, recomendou-se a King e Crane que o Líbano fosse administrado de forma autônoma, tendo a França como potência mandatária, e que os limites territoriais fossem ampliados para incluírem a parte norte do rio Litani. Entretanto, o trecho que mais chama a atenção é a segunda parte do relatório, em que Montgomery reflete sobre a viabilidade de um governo árabe-muçulmano na Síria. O professor redige uma série de afirmações condenáveis e sectárias em relação à religião muçulmana e seus adeptos. A

primeira afirmação foi de que impérios muçulmanos haviam crescido e prosperado com base em saques e pilhagens de bens alheios, além disso, alega que o Islã “não contém um núcleo de altruísmo que possa sustentar a esperança de uma reforma maometana” e, adiante, denuncia que “Nele (Islamismo) não há coração capaz de atender às necessidades da sociedade moderna.” (Montgomery, 1919, p. 2).

No relato de Montgomery é possível identificar a operacionalização do que Quijano (2000) compreende como Colonialidade do Poder e sua codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados em uma estrutura de raças que colocava alguns em uma posição natural de inferioridade em relação a outros (p. 202). Paradigma em que povos colonizados eram raças inferiores e onde a modernidade e a racionalidade eram compreendidas como experiências e produtos exclusivos do ocidente. Desta forma, as relações sociais passam a ser codificadas em categorias como: Ocidental-Oriental, primitivo-civilizado, racional-irracional (p. 2011).

O Relatório final elaborado por King e Crane expôs que, entre as 1.863 petições recebidas, 80,4% (1.500 petições) demandavam uma Grande Síria Unida, incluindo a Cilícia, o deserto sírio e a Palestina. Dessas 1.500 petições, 1.062 foram enfáticas contra um Grande Líbano independente. Por outro lado, o Relatório registrou que 10,9%

(203) das petições posicionaram-se contrariamente a uma Síria Unida e pediam um Grande Líbano independente, sendo, em sua maioria, do Monte Líbano, região predominante cristã. Um relato curioso apresentado por King e Crane é o de que muitos desses indivíduos “sentem que sabem francês melhor do que árabe, e que são capazes de se considerar de uma ordem distintamente mais alta de civilização do que as pessoas do interior”. A maioria destes indivíduos se inclinaram para um Grande Líbano sob a tutela francesa (King; Crane, 1922, p. 22).

As petições demonstram as mais variadas propostas para a região. Dentre elas, identifica-se o posicionamento da Igreja Protestante Nativa de Beirute, que, curiosamente, defende uma grande unidade política síria, composta por diferentes Estados autônomos. Um desses Estados seria o Monte Líbano, que manteria seus privilégios político-sectários com a permissão de incorporar territórios adjacentes para seu desenvolvimento econômico e agrícola. A petição sugere que esses Estados fossem unificados sob um governo civil, nacional e democrático central e que a Liga das Nações fosse responsável por supervisioná-lo. No que se refere ao mandatário colonial, a preferência era pelos Estados Unidos da América, e, em caso de recusa, o Reino Unido seria aceitável. Por fim, a entidade destacou que esse suposto Estado sírio

não deveria ter conexão política alguma com o Reino do Hejaz (Menem, 2024, p. 85).

Em contraste, nas regiões periféricas ao Monte Líbano, como Tiro, Sídon, Vale do Bekaa e Trípoli, a esmagadora maioria da população posicionou-se avessa a um mandato colonial, fosse ele francês ou britânico. Isso incluía praticamente todos os muçulmanos sunitas, a maioria dos xiitas, uma parte dos cristãos ortodoxos gregos e o pequeno grupo de protestantes. Na percepção de Tamara Chalabi (2006), o fato de a Comissão e os mandatários coloniais ignorarem o posicionamento principalmente dos amilis deve-se a uma estratégia dos franceses para enfraquecer a ameaça dos movimentos nacionalistas árabes entre Damasco e Jabal Amil.

Nenhum congresso sírio ou reunião nacionalista árabe foram convocados sem que houvesse amilis na vanguarda protestando contra sua situação e exigindo união com a Síria. Se não fosse pelas duras circunstâncias que os atormentavam e debilitavam sua economia, que enviaram seus filhos e sua juventude para terras distantes, eles não teriam aceitado uma realidade (do Mandato) que contradiz sua própria natureza (Al-Safa, 1981, p. 229. Tradução do autor).

Em suma, não há nenhum tipo de espanto diante do fato de que o estabelecimento do Grande Líbano em 1920 desencadeou inúmeros movi-

mentos de oposição, principalmente em regiões predominantemente muçulmanas, que se posicionaram, em sua maioria, a favor de uma Grande Síria. A experiência de Jabal Amil no imediato pós-Primeira Guerra Mundial evidencia a distância entre as aspirações políticas das populações locais e as imposições das potências coloniais. A desconsideração das demandas amilis no processo de definição das fronteiras e estruturas de poder não apenas fortaleceu o sentimento de desconfiança em relação à autoridade mandatária francesa, mas também alimentou uma tradição de mobilização política marcada pela defesa do nacionalismo árabe e pela resistência a projetos estatais percebidos como alheios ou impostos. Tal dissociação entre vontade popular e arranjos políticos externos deixaria marcas duradouras na configuração do Líbano e nas dinâmicas políticas do Levante ao longo do século XX.

A FORMAÇÃO DO GRANDE LÍBANO

O entusiasmo provocado pela Revolução dos Jovens Turcos em 1908 foi especialmente sentido pelos povos árabes, que viram na nova ordem constitucional a promessa de reconhecimento de seus direitos, justiça e progresso. No entanto, essa euforia logo deu lugar à frustração, à medida que os ideais revolucionários não se concretizavam. A repressão voltou a se manifestar com a prisão de

participantes do movimento, revelando que a transição política, embora promissora, não trouxe mudanças estruturais reais. Assim, Dahir (2002) evidencia a decepção coletiva que se seguiu à breve ilusão de liberdade e justiça.

Segundo Gharbieh (1996, p. 88-89), com a ascensão de Alexandre Millerand, na França (1920-1924), a “questão síria” ganha maior atenção institucional naquele país, fazendo-o adotar uma posição mais firme frente a seus interesses no Levante Árabe. Em 1º. de setembro de 1920, o General Henri Gouraud, alto comissário da República Francesa, proclamou o nascimento de uma nova unidade política, denominada “Grande Líbano”. Gharbieh (1996, p. 94) relata que a proclamação ocorreu na presença do patriarca maronita Elias Hoayek e do Mufti sunita Mustafa Naja, enquanto a maioria dos líderes xiitas, tanto notáveis como ulamas, estavam escondidos em países vizinhos.

O Grande Líbano convergiu diferentes interesses, em especial a autonomia política demandada historicamente pela população do Monte Líbano como interesse geopolítico colonial. A comunidade maronita usou estrategicamente seu laço histórico com os franceses e sua suposta superioridade numérica para apresentar-se como a liderança natural de um Líbano independente. Antes mesmo de Sykes-Picot, missionários e viajantes europeus já consideravam o Monte Líbano um enclave geoestratégico para iniciar um movimento de

“civilizar” e “reformatar” o Império Otomano “fanático” e muçulmano (Makdisi, 1996). O Mandato anexou ao Monte Líbano diferentes territórios e populações, em especial Beirute, considerada sua nova capital, além da cidade costeira de Trípoli e das regiões de Jabal Amil e Bekaa, alterando drasticamente a demografia do recém-criado Estado. Nas palavras do Sheikh Abd al-Hussein Sadiq, líder clerical e fundador da primeira hussainiya⁷ de Jabal Amil (1909), foi o caso de “uma montanha engolindo outra” (Chalabi, 2006).

A criação dessa nova entidade dividiu grande parte da população em duas tendências políticas dominantes e antagonistas: posicionamento político pró-França, estimulado e liderado principalmente pela comunidade cristã, em especial a maronita, e, do outro lado, o posicionamento pró-Síria, amparado pelos muçulmanos, em geral. É fato que a maioria dos muçulmanos não reivindicava a criação ou o pertencimento ao Grande Líbano. Embora essas comunidades tenham sido incorporadas (desproporcionalmente) ao sistema de governo, a identificação das classes populares com essa nova entidade permaneceu confusa (Gharbieh, 1996, p. 51-52).

O aumento exponencial dos impostos no Grande Líbano, principalmente no período em que os agricultores ainda sofriam o peso da Primeira Grande Guerra, impactou especialmente Jabal Amil. Os impostos sobre as propriedades, por

exemplo, aumentaram consideravelmente: “Enquanto o proprietário pagava o imposto sobre sua propriedade cem libras turca, começou a se exigir quatrocentas libras sírias, embora hoje o dinheiro sírio equivalha a três vezes a quantia de dinheiro turco” (Al-Irfan, 1921, p. 404. Tradução do autor). Bingbing Wu (2009) compreende que a incorporação de Jabal Amil à nova unidade política interferiu diretamente na dinâmica social, política e econômica daquela comunidade: “A disparidade socioeconômica já existente entre Jabal Amil e as outras comunidades do Líbano foi significativamente ampliada pelos eventos de 1920. Jabal Amil só se tornaria parte do Grande Líbano como um anexo à montanha principal, o Monte Líbano” (Wu, 2009, p. 58. Tradução do autor).

Em última análise, a nova configuração estatal, imposta de cima para baixo, não apenas acentuou disparidades socioeconômicas preexistentes, mas também alimentou um sentimento persistente de exclusão e contestação que atravessaria as décadas seguintes, moldando a trajetória política e as dinâmicas de resistência no sul do Líbano.

DE TIRO A DAMASCO

O surgimento e a reprodução de distintos grupos e movimentos armados na região de Jabal Amil podem ser compreendidos à luz de múltiplos

fatores inter-relacionados. Em primeiro lugar, a desintegração do Império Turco-Otomano provocou um vácuo de poder que desestruturou as dinâmicas políticas, administrativas e securitárias locais. Em segundo lugar, a perda de prestígio e influência dos líderes feudais tradicionais, em especial de Kamil al-Assaad da dinastia al-Saghir, enfraqueceu os mecanismos de mediação e controle social historicamente exercidos por essas elites. Por fim, os privilégios políticos e sociais conferidos a determinadas comunidades sectárias, em especial aos cristãos maronitas, no contexto do Mandato francês contribuíram para acirrar tensões intercomunitárias, alimentando a emergência de atores armados como forma de resistência e afirmação política frente à nova ordem colonial.

A articulação de grupos armados xiitas em resposta às novas imposições coloniais refletiu, portanto, não apenas uma reação localizada, mas parte de um movimento mais amplo de contestação à partilha imperialista do Levante. Foram mapeados cerca de doze grupos armados atuando em Jabal Amil durante o período de consolidação do projeto do Grande Líbano. Entretanto, Chalabi (2006) nota que esses grupos apresentavam níveis variados de comprometimento com a causa nacionalista, oscilando entre aqueles que explicitamente justificavam suas ações como parte de uma luta anticolonial e aqueles que exploravam o vácuo

securitário instaurado para promover saques e expropriações de propriedades privadas.

A chegada dos franceses aprofundou rivalidades sectárias locais, enquanto aldeões maronitas se sentiram empoderados, os xiitas se sentiram cada vez mais preteridos. A postura pró-francesa dos maronitas e seu total apoio ao projeto do Grande Líbano provocaram hostilidade entre seus vizinhos xiitas. Vilarejos de população maronita como Debel, Qleiat e Ain Ebel celebravam feriados franceses e hasteavam a bandeira francesa. Esta última celebrou a chegada do General Gouraud ao Líbano, hasteando a bandeira tricolor ao som da *La Marseillaise* e faixas de "Vive la France".

A tensão entre Damasco e os franceses era alta com a aproximação da Conferência de San Remo em abril de 1920; e os ataques das gangues, tanto contra os franceses quanto contra a população civil (Chalabi, 2006, p. 75-77). Em regiões xiitas, formaram-se grupos armados que furtavam e espoliavam propriedades de aldeias mais ricas, em sua maioria de regiões cristãs (Chalabi, 2006, p. 76). Nas memórias de Sulayman Dahir, o aumento dos ataques direcionados às propriedades maronitas justificava-se como “o preço que eles (maronitas) pagam por apoiar as forças de ocupação”. Entretanto, Dahir pondera que Jabal Amil não estava se revoltando contra os cristãos por sua fé, mas sim, assim como seus irmãos

árabes na Palestina e na Síria, a população xiita local estava trabalhando com aqueles que lutavam pela independência árabe.

No dia 24 de abril de 1920, realizou-se a mais relevante iniciativa política das lideranças de Jabal Amil frente às aspirações de dominação francesa, a Conferência de Wadi al-Hujayr. Fundador moderno da cidade de Tiro, clérigo Sayed Abd al-Hussein Sharaf al-Din, notável reformador social, conduziu o encontro sob forte tom de repúdio e rejeição à política francesa buscando mobilizar o ânimo coletivo contra os franceses. Por unanimidade, foi aprovada a ata do encontro, que ratificava: a independência plena da Síria sob a autoridade de Faisal, sem partições ou protetorado francês, e a incorporação de Jabal Amil à Síria dentro de um quadro de autonomia administrativa. Em seguida, Sharaf al-Din conduz uma delegação xiita até Damasco para defender a unidade síria e para apresentar ao rei Faisal as deliberações da conferência de Wadi al-Hujayr. como retaliação a seu ativismo, a casa de Sharaf al-Din em Tiro é saqueada por soldados franceses, e seus livros e manuscritos confiscados (Manar al-Houda, 2014, p. 97).

Entre os mais impactantes episódios das revoltas de 1920, destaca-se a ofensiva de 4.000 homens, liderada pelo Coronel Niger com o auxílio de grupos locais maronitas. Jihad Bannout (1993, p. 222) relata que muitos oficiais sírios renunciaram ao exército e juntaram-se aos

ativistas revolucionários em Jabal Amil, nas montanhas alauítas e na Antáquia. A chegada desses militares experientes substanciou a revolta, tendo em vista que a maioria dos cidadãos amilis em idade militar estavam, contra sua vontade, compartilhando as trincheiras com os otomanos. Ao observar a intensidade dos ataques, o próprio líder feudal local Kamil al-Asaad ordenou que as rebeliões fossem imediatamente interrompidas quando aviões da força aérea francesa começaram a ser empregados nos conflitos. A queda da resistência xiita era questão de tempo frente à máquina militar francesa. A desmobilização dos grupos armados em Jabal Amil abriu caminho para os franceses anexarem Jabal Amil ao projeto do Grande Líbano (Gharbieh, 1996, p. 88-94).

Posteriormente, mais embates bélicos ocorreram entre as tropas ocupantes e movimentos armados locais com destaque para “A Grande Revolta Síria” (1925-1927), comandada por Sultan Pasha al-Atrash, que também acaba derrotada pelas forças francesas. Neep (2012) observa que a superioridade bélica dos Estados coloniais e a estruturação de grandes exércitos convencionais constituiu um padrão recorrente em diferentes experiências de colonização ao redor do globo.

Episódios de resistência foram acompanhados de ações simbólicas e violentas. O grupo de al-Hamza, por exemplo, costumava desafiar os cobradores de impostos franceses: “Em certa

ocasião, prenderam um cobrador de impostos junto com seus dois gendarmes e devolveram todo o dinheiro às pessoas de quem havia sido arrecadado. Além disso, ameaçavam aqueles que pagavam impostos” (Gharbieh, 1996, p. 91). Esses pequenos incidentes, muitas vezes, desencadeavam crises violentas, que resultavam em mortes para ambos os lados. Por sua vez, al-Khanjar ganhou notoriedade quando participou de uma tentativa fracassada de assassinar o general francês Gouraud, em 1922.

De acordo com registros históricos franceses e relatos da mídia local, há fortes indícios de que grupos eram armados e apoiados pelo governo árabe de Faisal e de seu irmão, o emir Abdullah da Transjordânia, no fornecimento de armas e suporte a esses grupos. O *al-Bashir*, um jornal jesuíta pró-França baseado em Beirute, que acompanhava as tropas francesas no Sul, além de denunciar a ligação direta entre grupos armados xiitas locais e o governo árabe de Faisal, também destacou que a principal rota de atuação desses grupos passava por Hasbaya e Rashaya, criando uma ligação estratégica com Damasco através da região do Jabal al-Druz. Essas são algumas das evidências históricas que demonstram que os grupos não agiam de forma independente, mas sim como parte de uma estrutura semi/organizada amparada pelo governo de Faisal (Chalabi, 2006, p. 76).

Aqueles que morreram combatendo tropas francesas durante o período colonial ganharam o título de “mártires de Jabal Amil” e tornaram-se símbolos de honra para a comunidade xiita libanesa. Esses episódios de luta e martírio em face de uma injustiça são usados como referência, frequentemente, por movimentos xiitas no sul do Líbano para mobilizar a população local (Bonsen, 2020, p. 65). O fato das histórias permanecerem vivas sugere que esses grupos gozavam de certa popularidade em Jabal Amil. Até hoje, o legado de alguns dos líderes militares ainda está vívido na memória coletiva local, em parte por serem vistos como exemplos de coragem e força, e por lhes serem atribuídas qualidades associadas à figura de *Robin Hood* (Chalabi, 2006, p. 75-77).

Em seus registros, Suleiman Dahir narra um cenário clássico de governança sectária e clientelismo, no qual a autoridade política, o mandato colonial francês, instrumentalizou a distribuição de cargos públicos para reforçar redes de poder baseadas em lealdades confessionais e familiares, em detrimento de representação equitativa. Ao observar especificamente a governança da cidade de Tiro, Dahir aponta a nomeação massiva de cristãos, muitos sem qualificação prévia, para posições estratégicas, enquanto a maioria xiita é relegada a funções menores, apesar de sua predominância demográfica. Essa engenharia política não apenas evidencia práticas de

nepotismo institucionalizado, mas também aprofunda clivagens sociais ao criar um sistema de exclusão assimétrica. Estes episódios ilustram como o clientelismo baseado em particularismos confessionais pode transformar instituições estatais em arenas de conflito identitário, comprometendo a coesão social e a estabilidade política (Dahir, 2002, p. 29).

O historiador Suleiman Taqiel-Din (1979, p. 136) registra que, no ano de 1925, ocorreram sucessivas reuniões entre comunidades muçulmanas de Sídon, Baalbak e Beirute com o Alto Comissariado Francês para reivindicarem sua incorporação a Damasco ou, até alternativas como a criação de uma região autônoma e independente para eles, sob a supervisão do Mandato:

Nós, o povo de Jabal Amil, desde nossa anexação ao Pequeno Líbano, ainda vemos as penalidades sobre nós e os recursos para eles. Pagamos impostos e apenas um pouco é gasto conosco... Não recebemos empregos que merecemos. Sabe-se que essa exclusividade é muito difícil para nós e, portanto, pedimos ao Alto Comissário (Sr. Henry de Jouvenel) que nos separe do Líbano, estabelecendo uma administração independente sob a supervisão do Estado Mandatário (Baydoun et al., 1979, p. 136. Tradução do autor).

A experiência de Jabal Amil no período inicial do Mandato Francês ilustra a interação entre

dinâmicas coloniais, sectarismo político e resistência local. A marginalização institucional da população xiita, somada ao fortalecimento clientelista de grupos privilegiados, fomentou tanto a insurgência armada quanto estratégias de contestação simbólica. A memória dessas mobilizações e do martírio associado consolidou-se como referência político-identitária, projetando efeitos duradouros sobre a configuração das relações de poder no Líbano e no Levante ao longo do século XX.

AL-IRFAN E A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA EM JABAL AMIL

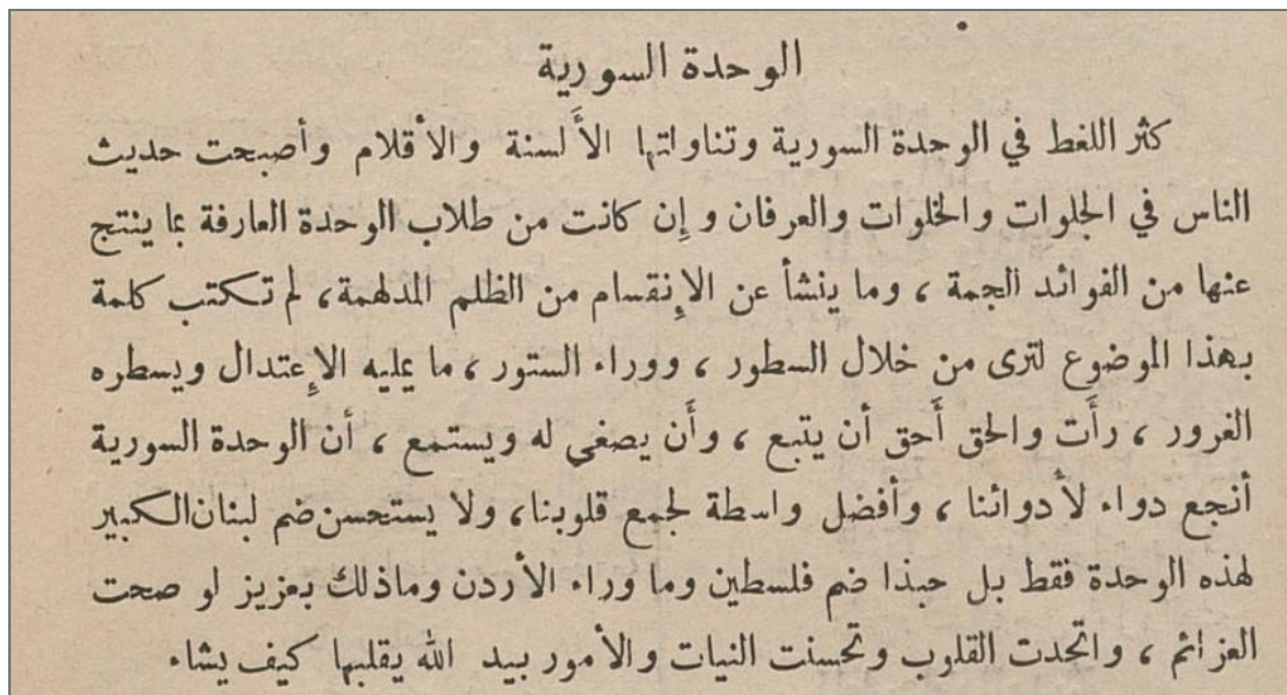
Cabe destacar o intenso e combativo papel da elite intelectual de Jabal Amil, não só no enriquecimento cultural e religioso da região, mas, principalmente, na mobilização política e social dos locais. É de se ressaltar como a turbulenta conjuntura de Jabal Amil germinou um grande número de lideranças locais, que por décadas estavam reprimidas. A mídia impressa, em especial, serviu como uma voz alternativa, que enfrentou por anos censura e perseguição, fosse dos otomanos ou dos franceses, por levantar questões críticas para os xiitas locais, expondo suas frustrações (Abbas, 2007, p. 162).

A Revista al-Irfan, criada por Ahmad Aref al-Zein em 1909, é a mais antiga e influente entre as que circularam na região. Desde suas primeiras

edições, evidencia-se a preocupação dos colaboradores do periódico com os distúrbios políticos e sociais locais, em especial, com o desmembramento da Grande Síria e as desigualdades sociais entre Jabal Amil e as regiões a sua volta. Muito além de representar um espelho fiel de sua região e época, a referida revista é indispensável para a compreensão da história dos xiitas libaneses (Abbas, 2007, p. 162; Ajami, 1986, p. 11; Khalidi, 1981, p. 110).

Durante a Conferência da Costa e dos Quatro Distritos (*Mu'tamarat al-Sahel*) de 1936, evento organizado para afrontar o domínio francês e apelar à unidade árabe, al-Zein justifica seu repúdio à criação do Grande Líbano: “nós odiávamos o Líbano, senhores, não por causa de seu ar e de seus habitantes, mas porque era separatista, complacente com os colonialistas e se lançando em seus braços” (Chuaib, 1987, p. 139). O apoio à unidade Síria era explícito em diversas publicações da revista, conforme pode ser observado na Figura 1: “A unidade síria é o remédio mais eficaz para nossa medicina e o melhor meio de unir nossos corações” (Al-Irfan, 1921, p. 407. Tradução nossa). A nota ainda sugere que essa grande unidade síria deveria não só incluir o Grande Líbano, mas também a Palestina e “o que está além da Jordânia”.

Figura 1 - Nota publicada na Revista al-Irfan (1921), intitulada “A Unidade Síria”

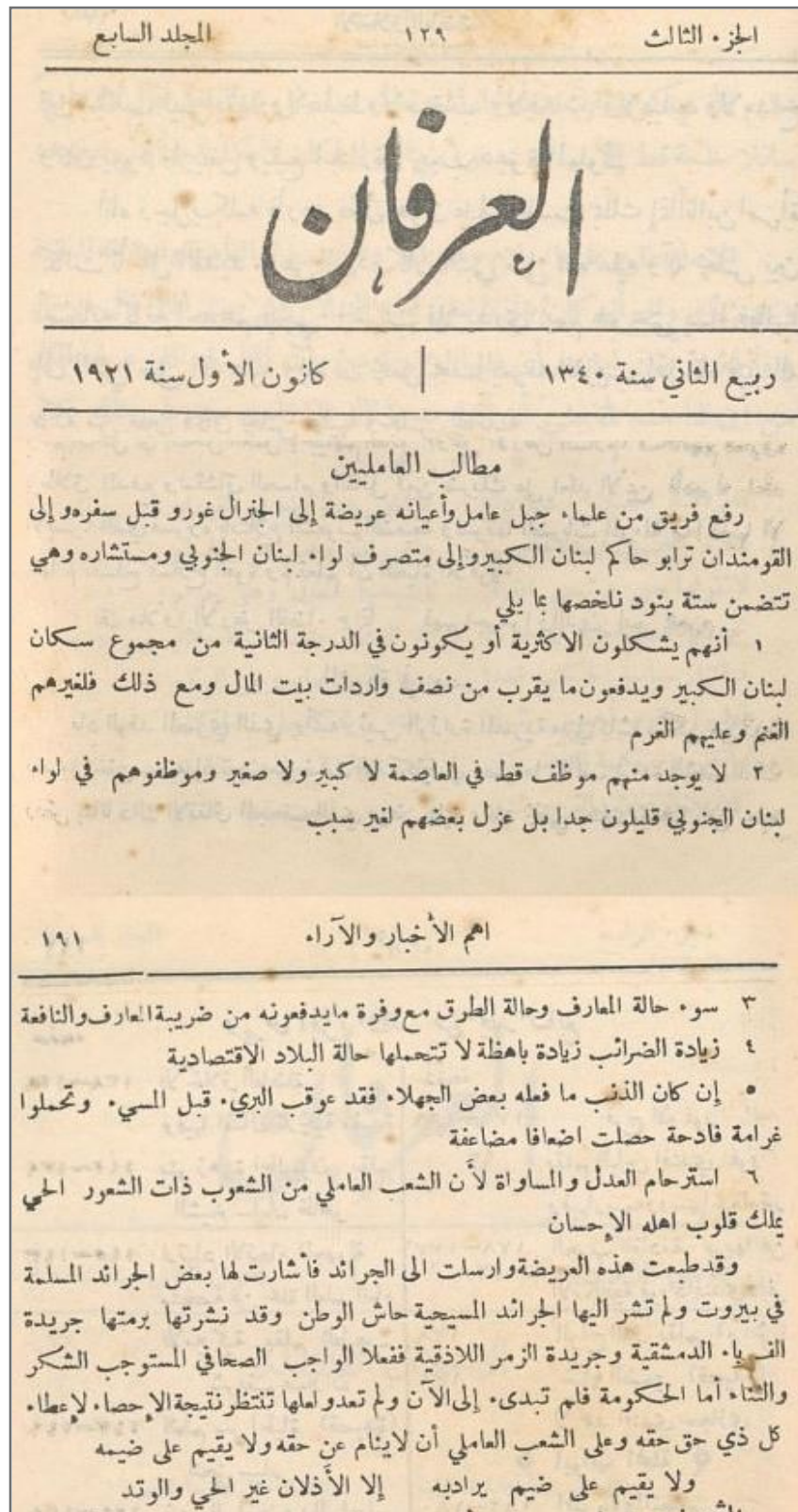


Fonte: Revista al-Irfan (6º. Volume, pt. 8, p. 407, 1921), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014)

Um episódio simbólico, que materializa o papel e o compromisso social da revista com sua comunidade, ocorreu no 7º. volume de 1921, quando a al-Irfan foi um dos poucos veículos que aceitaram publicar uma petição de iniciativa popular, intitulada “Reivindicações dos Amilis” (Figura 2) e destinada ao General Gouraud, levantando seis apontamentos que geravam inquietações naquela população. O fato ilustre é que nenhum dos jornais cristãos que receberam a petição a publicou; por outro lado, foi vista em jornais muçulmanos de Beirute, Damasco e Latakia.

Os seis apontamentos expressos na referida petição são: 1) os amilis representam a maioria ou o segundo maior grupo da população do Grande Líbano e pagam quase metade das receitas do tesouro, porém ainda vivem preteridos frente a outras comunidades; 2) não há nenhum funcionário amili na capital e poucos em cargos públicos no sul; alguns deles foram demitidos sem motivo; 3) a população local transita por estradas em estado crítico, ainda que pague quantias abundantes de impostos; 4) há aumentos exorbitantes de impostos; 5) a comunidade não pode ser responsabilizada por atitudes de alguns indivíduos ignorantes; e 6) deve haver misericórdia, justiça e igualdade pa-

Figura 2 - Petição publicada na Revista al-Irfan de 1921, intitulada “Reivindicações dos Amilis”



Fonte: Revista al-Irfan (6º. volume, pt. 3, p. 190-191, 1921), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014)

ra os amilis. O clérigo local, Sheikh Ahmad Reda, figura-chave do Despertar Árabe, expressava publicamente suas preocupações em relação ao quadro social de Jabal Amil, realçando a negligência do governo central:

O interior do país está miserável... A agricultura tem estado estéril desde o declínio da mão de obra; há muitos impostos e muita imigração. São montanhas e planícies áridas, que sofrem de sede...O governo não cumpre um décimo do que é necessário. As almas honradas ficam angustiadas por negligenciarem seus assuntos e veem a maior parte de seus impostos gastos em outras coisas; seu pão é arrancado de suas mãos enquanto estão famintas. (Al-Irfan, 1923, p. 100. Tradução do autor).

Majed Halawi (1992) corrobora as acusações de Ahmad Reda ao revelar que regiões habitadas por comunidades xiitas e muçulmanas pagavam mais impostos e recebiam menos investimentos do governo, se comparadas ao Monte Líbano. Em 1927, enquanto 82% das receitas do governo provinham de áreas muçulmanas, 80% do orçamento total era investido em projetos de desenvolvimento de infraestrutura no Monte Líbano.

Em outro momento, a al-Irfan foi instrumentalizada para apaziguar a tensão entre o Mandato e a comunidade, ao abrir diálogo com o alto comissário, General Henri Gouraud, desejando-lhe

boas-vindas e rogando por reformas institucionais e outras demandas históricas da população de Jabal Amil:

Espera-se de você muitas reformas; as mais importantes delas são a diligência na universalização da educação e o esforço para melhorar o conhecimento de uma forma tangível...

Espera-se de você a igualdade entre todas as seitas, em termos de direitos e oportunidades de emprego...

Espera-se de você um perdão geral para todos os condenados... Especialmente os de Jabal Amil, que estão deslocados de sua terra natal por crimes tolos e punições diferentes do crime...

Espera-se de você que Jabal Amil não continue sendo como se encontra, desprovida de direitos civis, mesmo compondo 20% do território do Grande Líbano...

Finalmente, espera-se que você trabalhe com o lema do seu governo livre (liberdade, fraternidade, justiça e igualdade) (Al-Irfan, 1921, p. 295. Tradução do autor).

Foi no mínimo audacioso o engajamento da mídia impressa amili, em especial da Revista al-Irfan, ao desempenhar um papel ativo na denúncia e no questionamento do projeto colonial francês. A mídia impressa funcionou como uma plataforma segura de expressão e projeção das demandas locais para além das fronteiras de Jabal Amil e consolidou-se como uma poderosa ferramenta política

para conscientizar e mobilizar os locais contra o projeto colonial de desmembramento da Grande Síria em prol do fortalecimento do arabismo. Além disso, relatou-se ações opressivas e de censura contra lideranças locais, como as ofensivas militares contra vilarejos xiitas, e expôs a marginalização institucional da comunidade no que se refere ao acesso a empregos públicos, à falta de investimentos em infraestrutura básica, em especial, estradas, escolas, hospitais e projetos pertinentes à agricultura. O posicionamento combativo da al-Irfan resultou no que poderia ocorrer de pior para um periódico, suas atividades foram forçadamente encerradas pelo mandato entre 1942 e 1945.

CONSTRUINDO FRONTEIRAS E IDENTIDADES

A anexação forçada de Jabal Amil ao Grande Líbano e a administração colonial influenciaram drasticamente a relação histórica dos amilis com a Palestina, importante destino das mercadorias da montanha. A troca de bens econômicos deteriorou-se durante o período colonial e foi totalmente interrompida após o estabelecimento do Estado de Israel (Baydoun et al., 1979, p. 116) ao mesmo tempo que Beirute se consolidava como centro financeiro e comercial hegemônico, favorecendo um modelo econômico que subordinou a agricul-

tura e a indústria ao capital bancário e mercantil (Gharbieh, 1996, p. 50-51).

Taqiel-Din (1979, p. 139) lembra que, em geral, a população de Jabal Amil conhecia melhor a cidade portuária de Haifa, ao norte da Palestina, do que Beirute, um território em que a cédula de libra palestina circulava mais do que a libra libanesa, e assim predominou até 1952. Em março de 1923, é assinado, na capital francesa, um acordo franco-britânico denominado “Acordo Paulet-Newcombe”, que buscou estabelecer as fronteiras entre os territórios da Palestina, do Líbano e da Síria. O acordo repassou a totalidade das Colinas de Golã para o controle francês e o Mar da Galiléia aos britânicos.

Em documento emitido pelo Conselho Cultural do Sul do Líbano (1979), salienta-se que, a partir de 1924, foi registrado um aumento substancial na procura pela aquisição de terras em Jabal Amil, fato que poderia comprometer importantes cidades sulistas, como Sídon e Tiro, uma vez que grupos judaicos acreditavam que aquelas terras, localizadas ao norte da Galileia, eram historicamente filiadas ao antigo Reino de Israel e que “Jeová as deu ao seu povo escolhido” (Baydoun et al., 1979, p. 121-122).

Masu’ud Daher (1979) denuncia a efetivação de acordos territoriais paralelos e não divulgados entre os mandatos coloniais. O historiador aponta que o mandato francês repassou cerca de

17 vilarejos de Jabal Amil para o mandato britânico em troca da renovação da concessão francesa para o serviço de drenagem dos pântanos da região de Houla. São elas: al-Matlah, al-Nakhilah, al-Salihyah, al-Na'imeh, al-Khalisah, al-Zawyah, al-Mansourah, al-Zouwq al-Fawqani, al-Zawq al-Tahtani, Khan al-Duwair, al-Dawwarah, al-Khasas, al-Abbasiyah, Dafnah, al-Lazazah, Hunain, Abl al-Qamh. Todas estas tiveram seu destino determinado com base em interesses econômicos estrangeiros. Boa parte destes vilarejos foram forçadamente despovoados e apagados da história, e o restante passou por um processo político e social de “judaização” da população e a modificação do nome árabe das localidades. Para além desses povoados, outras cidades do sul perderam parte de suas terras férteis para o Mandato Britânico, em especial Marjayoun (14 km²), Hasbaya (4,5 km²) e Kafr Kila (2 km²) (Daher, 1979, p. 116).

É possível assinalar a criação da Corte Jaafari⁸ do Líbano, em 1926, como o primeiro grande êxito institucional dos xiitas nessa nova unidade política. O estabelecimento da Corte foi uma sinalização de reconhecimento do xiismo como um *madhab* (uma corrente de interpretação da jurisprudência islâmica) independente, com seus próprios tribunais. Essa reivindicação fora historicamente vetada pelos ex-governantes otomanos, que forçavam os xiitas a resolverem seus assuntos legais em tribunais religiosos sunitas. Outro ato

bem-vindo para os xiitas libaneses foi o Decreto de 22 de março de 1924, que concedeu anistia aos notáveis xiitas oponentes do mandato francês durante o processo de criação do Grande Líbano. Essa série de ações institucionais promovidas pelo mandato buscava atrair os xiitas para “abraçarem” sua nova casa. Wu (2009) elabora uma interessante reflexão sobre o modo como a estratégia do Mandato produziu rapidamente efeitos na opinião pública: “Teria ficado cada vez mais claro para os xiitas nessa época que eles poderiam beneficiar-se mais ao se tornarem uma grande minoria em um pequeno estado do Líbano do que permanecerem uma pequena minoria em uma Síria maior e dominada pelos sunitas” (Wu, 2009, p. 59. Tradução do autor).

A partir de um pacto nacional entre os atores internos mais representativos, é estabelecido, em 1934, um sistema confessional de divisão de poder, baseado no censo demográfico de 1932, que reconhece 18 comunidades religiosas, com destaque para as comunidades cristã maronita, muçulmana sunita, drusa, cristã greco-ortodoxa e greco-melquita, muçulmana xiita, armênia católica e ortodoxa, entre outras, quantitativamente menos expressivas. Esse pacto político vige até os dias atuais, e, dos principais cargos, ficou estipulado que o Presidente da República e o cargo de comandante do exército seriam exclusivos da comunidade católica maronita, assim como o cargo de

primeiro-ministro seria exclusivo da comunidade muçulmana sunita e a presidência do parlamento, da comunidade muçulmana xiita. O historiador Dr. Ramez Maalouf (2011) compreende que esse pacto favoreceu os cristãos maronitas e os muçulmanos sunitas. Essas duas comunidades formavam ampla maioria nas principais e mais decisivas classes, como a dos comerciantes, a dos banqueiros e as classes médias urbanas.

Lideranças amilis acusaram o mandato de promover um processo de aparelhamento do sistema político nacional, elevando, assim, o nível de tensão entre as comunidades religiosas da nova unidade política. Um simbólico caso de litígio entre a comunidade xiita e o Mandato Francês ocorreu no ano de 1935 após a morte do deputado xiita Fadl al-Fadl, o mandato indicou, de forma unilateral, Bahij al-Fadl para ocupar o posto no parlamento. A notícia foi recebida com diferentes manifestações de repúdio, visto que o apelo popular expressava, de forma geral, apoio ao líder local, Ahmad al-Asaad (Bannout, 1993, p. 283; Firro, 2006, p. 750).

Os altos índices de analfabetismo podem ser mais adequadamente compreendidos quando se observa a distribuição de verbas na área da educação. Enquanto as escolas particulares de áreas muçulmanas recebiam cerca de 7,5% do orçamento de auxílio do governo em 1934 (3,6% para escolas sunitas, 2,3% para as xiitas e 1,5% para as dru-

sas), as instituições de ensino particulares em regiões cristãs obtinham a esmagadora porcentagem de 92,5% (47,4% para escolas maronitas e 45,1% para instituições de outras denominações cristãs) (Halawi, 1992, p. 42). O Quadro 1, a seguir, sintetiza dados concernentes a esse contexto, destacando o índice de analfabetismo.

Quadro 1 - Proporção de analfabetos nas diversas comunidades religiosas em 1932

Comunidade	Porcentagem de analfabetos
Xiita	83%
Sunita	66%
Maronita	48%
Greco-católica	39%
Greco-ortodoxa	53%
Drusa	53%

Fonte: L'Orient (1932, apud Labaki, 1988, p. 547)

Pequenos privilégios baseados em comunidades religiosas traduziam-se diretamente em vantagens na burocracia estatal e no sistema educacional. Traboulsi (2012) destaca um exemplo simples de como a estrutura do sistema de educação libanês favorecia comunidades religiosas específicas:

A nota de corte da disciplina de francês nos exames intermediários e secundários favoreceu os filhos de famílias ricas e cristãs e alunos de escolas particulares em geral, que receberam uma educação francesa relativa-

mente boa ou falavam francês em casa (Traboulsi, 2012, p. 164. Tradução do autor).

Nesse sentido, o aprendizado do francês, idioma íntimo dos libaneses cristãos, foi de extrema importância para que a comunidade xiita integrasse socialmente a sociedade libanesa e ocupasse cargos de maior prestígio. Para mais, cabe lembrar que os processos de seleção regional ocorriam em instituições educacionais em zonas predominantemente cristãs.

No ano de 1936, a França firma tratados com a Síria e com o Líbano que asseguram tanto o final do Mandato Francês até 1940 como a garantia de total independência do País dos Cedros. Wu (2009) compreende que o tratado convenceu lideranças xiitas de que o projeto libanês era permanente: “a integridade territorial do Líbano era irreversível, e eles deveriam, portanto, intensificar sua luta por uma distribuição justa de cargos políticos e administrativos” (Wu, 2009, p. 59. Tradução do autor). A problemática da desigualdade na distribuição de cargos públicos e o alto índice de desemprego entre os xiitas é pauta recorrente durante o Mandato. Há décadas, a al-Irfan denunciava a exclusão dos “filhos” da comunidade das instituições públicas:

Os xiitas no Distrito do Sul do Líbano (Sídon) foram privados de empregos, e eles são a esmagadora maioria, e a maioria dos depar-

tamentos, especialmente os tribunais, ficaram vazios deles. Nem um único xiita permaneceu no Tribunal de Sídon, nem mesmo um simples escrivão (Al-Irfan, 1921, p. 293. Tradução do autor).

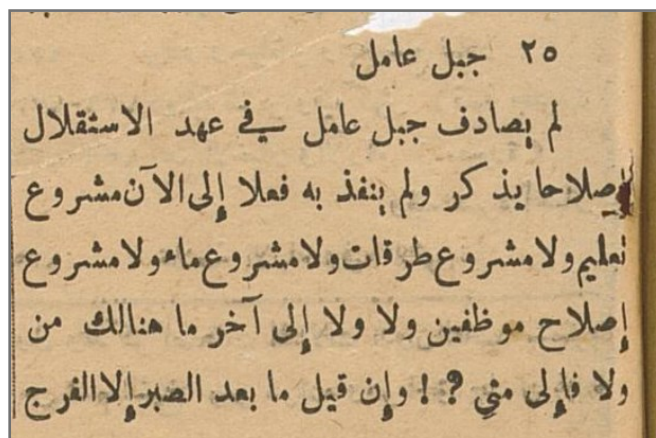
O cenário permanecia desolador na saúde pública, no ano de 1943 não havia um único hospital em todo o Sul do Líbano, e a maior parte dos amilís ingeria água estagnada, o que os expunha a muitas doenças (Halawi, 1992, p. 42). Em nota publicada pela al-Irfan (figura 3) no ano de 1945, é possível observar a frustração dos residentes de Jabal Amil em razão da inexecução de projetos que impactariam positivamente a qualidade de vida na região:

Não houve em Jabal Amil, na época da independência, qualquer reforma implementada, nem foi de fato executado até agora algum projeto de ensino, de infraestrutura ou de saneamento, tampouco projeto de reparação para funcionários ou qualquer outro tipo de iniciativa. O que resta senão a paciência até a chegada do alívio?” (Al-Irfan, 1945, p. 443. Tradução do autor).

A crítica da al-Irfan reflete o persistente sentimento de marginalização daquela sociedade, que permaneceu à espera de mudanças concretas. A expressão “O que resta senão a paciência até a chegada do alívio?” reforça a frustração e a sensa-

ção de abandono, destacando a ausência de respostas institucionais às dores locais.

Figura 3 - Nota publicada na Revista al-Irfan de 1945, intitulada “Jabal Amil”



Fonte: Revista al-Irfan (31^o. volume, pt. 7-8, p. 443, 1945), disponibilizada pela Biblioteca Estadual da Universidade de Bonn (2014)

A ausência de investimentos estruturais em educação, infraestrutura e serviços públicos evidenciava que a integração formal ao Estado libanês não se traduziu em inclusão efetiva, perpetuando um sentimento de abandono que alimentaria, nas décadas seguintes, a mobilização sociopolítica da região e em especial da comunidade xiita.

No campo ideológico, o conflito entre os defensores do “libanismo” e os apoiadores do “arabismo” perdurou por décadas. Essa divisão entre identidades pode ser testemunhada nas homenagens aos “mártires” desses grupos sociais. Enquanto os enterrados em um cemitério muçulmano são descritos como “mártires da causa do

arabismo e do Islã”, o partido cristão Kataeb descreve os membros de sua sociedade mortos naquele momento como “mártires em defesa da soberania, da independência e da liberdade do Líbano” (Bonsen, 2020, p. 73). Previamente, no *Premier Manifeste* (1936), o Kataeb já contestava a identidade árabe do Líbano: “Rejeitamos a teoria de uma nação árabe que englobaria o povo libanês. O fato de nós mesmos constituirmos uma Nação Libanesa é, por definição, incompatível com tal teoria. A comunidade linguística é um elemento de aproximação, mas não pode constituir uma nação” (Kataeb, apud Gemayel, 1936. Tradução do autor).

É fato que, na perspectiva dos falangistas, o arabismo e o islamismo eram inseparáveis, e um nutria o outro. Argumentos como “os cristãos são mais libaneses, e os muçulmanos são mais árabes” são habituais nas rodas de conversas pelo Líbano. Concebida como um produto da elite maronita e como uma estratégia de doutrinação da identidade e oposição ao Outro, a herança fenícia foi incorporada aos discursos populistas falangistas e continua sendo reforçada até os dias atuais (Azab, 2016). O nacionalismo maronita não forneceu uma visão de país em que todas as comunidades daquele território pudessem reconhecer um lugar para si (Shaery-Eisenlohr, 2008, p. 21-23).

Candice Raymond (2013) e Ahmad Beydoun (1984) compartilham o entendimento de

que a hegemonia política, maronita ou não, é obviamente parte do problema libanês. Beydoun acrescenta: “É para escondê-la (hegemonia) que os próprios maronitas apelam para a ideia de coexistência ou para o nacionalismo libanês” (Beydoun, 1984, p. 580). Por outro lado, xiitas, sunitas e outras comunidades religiosas avançam em suas ideologias políticas, apoiadas por leituras apropriadas da história para “quebrar” essa hegemonia (Raymond, 2013).

Cada uma das comunidades étnico-religiosas libanesas tem uma história de guerra, sofrimento e mortes em sua história recente, e Dakhllallah (2017) compreende que esse acordo institucional confessional serviu para fomentar imaginações concorrentes sobre o que significa ser libanês. O sentimento de concorrência entre essas comunidades desenvolveu um sentimento de rancor mútuo e provocou fronteiras simbólicas mais rígidas entre si (Zugueib Neto, 2017, p. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O colapso do Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial inaugurou uma nova ordem no Levante, marcada pelo sistema de mandatos e pela crescente ingerência colonial europeia. Nesse contexto, a população xiita de Jabal Amil enfrentou severas dificuldades socioeconômicas, agravadas pela guerra, pelo recrutamento forçado e por

crises agrícolas, fatores que estimularam fluxos migratórios. A elite intelectual e religiosa local assumiu protagonismo político, rejeitando tanto a “turquificação” otomana quanto o projeto colonial francês do Grande Líbano, manifestando apoio à constituição de uma Grande Síria independente, como evidenciam suas petições à Comissão King-Crane. Apesar do amplo respaldo popular à unidade síria registrado pela comissão, as demandas amilis foram sistematicamente ignoradas, refletindo a lógica da colonialidade do poder.

O processo de criação do Grande Líbano, em 1920, articulado pelo Mandato Francês e respaldado por setores da comunidade maronita, representou uma imposição colonial que reconfigurou profundamente o equilíbrio político e social do Levante. A incorporação de regiões como Beirute, Trípoli, Bekaa e, sobretudo, Jabal Amil ampliou disparidades socioeconômicas e acentuou o sentimento de exclusão das comunidades muçulmanas, em especial os xiitas, que rejeitaram majoritariamente o projeto libanês e reafirmaram sua identificação com a causa nacionalista síria. Ao mesmo tempo, observou-se um interessante processo de formação de uma frente de grupos militares locais em resposta às tropas de ocupação. Os combatentes de Jabal Amil, leais ao Rei Faisal e à Grande Síria, impuseram perdas significativas às forças francesas, retardando, assim, a conquista da região.

No entanto, não lograram resistir eficazmente diante da formidável maquinaria militar colonial.

A elite intelectual amili exerceu papel central não apenas no enriquecimento cultural e religioso da região, mas também na mobilização política e social frente às dinâmicas coloniais. Nesse processo, a revista *al-Irfan* destacou-se como espaço de resistência e de expressão das demandas locais, enfrentando censura e perseguições tanto otomanas quanto francesas. O periódico articulou críticas contundentes ao projeto do Grande Líbano, defendendo a unidade síria e denunciando a marginalização dos xiitas amilis, evidenciada na exclusão de cargos públicos, na disparidade fiscal e na ausência de investimentos estatais. Além de vocalizar petições populares.

O Mandato Francês participou ativamente da concepção daquela nova unidade política, desde a institucionalização do sistema político confessional e a designação dos principais cargos de representação política das comunidades até a distribuição de verbas públicas, de acordo com seus interesses. Durante o período colonial, o exercício de troca de bens econômicos entre Jabal Amil e seu principal mercado, a Palestina, foi duramente prejudicado e, após o estabelecimento do Estado de Israel, foi totalmente interrompido.

Por fim, a anexação das terras de Jabal Amil ao Grande Líbano produziu desafios significativos para aquela sociedade, incluindo o desenvolvimen-

to de uma ideologia própria, a busca por ascensão socioeconômica e a alteração da estrutura social de poder dominada por lideranças feudais. Sem demora, a independência libanesa, em 1943, trouxe à tona o contraste socioeconômico entre as províncias do Estado e a alienação da massa xiita dos espaços de decisão de poder.

REFERÊNCIAS

AFSARUDDIN, Asma. "ulamâ". *Encyclopedia Britannica*, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/ulama>. Acesso em: 23 fev. 2025.

AJAMI, Fouad. **The Vanished Imam: Musa al Sadr and the Shia of Lebanon**. New York: Cornell University Press, 1986.

AL-HADRAWI, Majeed Hameed. **The Lebanese Magazine: AL – 'Irfan A Historical study 1909-1936**. Orientador: Dr. Jasb Abdul Hussein Al-Khafaji. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Artes - Universidade de Kufa, Kufa: Iraque, 2007. Disponível em: <https://sufirfan.org/?p=709>. Acesso em: 9 set. 2025.

AL-IRFAN. As mais Importantes Notícias – “Os Impostos”, “Os Direitos Sonegados dos Xiitas” e “A Unidade Síria”. **Revista Al-Irfan**, v. 6, n. 8, 1921.

- AL-IRFAN. As mais importantes notícias e opiniões – “Os Xiitas e os empregos”, “Jabal Amil e os impostos” e “A chegada do General Gouraud”. **Al-Irfan**, v. 6, n. 5-6, p. 293–295, 1921.
- AL-IRFAN. Demandas dos Amilis. **Revista Al-Irfan**, v. 7, n. 3, p. 190–191, 1921.
- AL-IRFAN. Desejos dos Amilis. **Revista Al-Irfan**, v. 9, n. 1, p. 100, 1923.
- AL-SAFA, Mohamad Jaber. **Tarikh Jabal Amil**. 2nd ed. Beirut: Dar al-Nahar, 1981.
- AZAB, Aseel Yehiya. Les Phalanges Libanaises: Identity Construction and the Perception of the Self & Other. **The Undergraduate Research Journal**, v. 4, n. 1, p. 1-57, 2016. Disponível em: <https://fount.aucegypt.edu/urje/vol4/iss1/1/>. Acesso em: 9 set. 2025.
- BÂLI, Asly. Sykes-Picot and “Artificial” States. **American Journal of International Law**, v. 110, p. 115-119, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S2398772300002919>. Acesso em: 9. Set. 2025.
- BANNOUT, Jihad. **Harakat al-Nidal fi Jabal Amil**. The Resistance Movements in Jabal Amil. Beirut: Dar al-Mizan, 1993.
- BERNARD, Augustin. **LES POPULATIONS DE LA SYRIE ET DE LA PALESTINE D'APRÈS LES DERNIERS RECENSEMENTS**. 181, v. 33, ed. Paris: Armand Colin, p. 73-79, 1924. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23439882>. Acesso em: 9 set. 2025.
- BONSEN, Sabrina. **Martyr Cults and Political Identities in Lebanon**. In: BECK, Martin; HARDERS, Cilja; JÜNEMANN, Annette; OUAISSA, Rachid; STETTER, Stephan. *Martyr Cults and Political Identities in Lebanon*. Wiesbaden: Springer VS, 2020.
- CAMPO, Juan Eduardo. **Encyclopedia of Islam**. New York: Infobase Publishing, 2009.
- CHALABI, Tamara. **The Shi 'is of Jabal 'Amil and the New Lebanon: Community and Nation-State, 1918–1943**. London: Palgrave MacMillan, 2006.
- CHUAIB, Ali Abdel Menem. **As reivindicações de Jabal Amil: Igualdade de unidade no Grande Líbano (1900-1936)**. Beirute: Instituição Universitária de Estudos, Publicação e Distribuição, 1987.
- DAHER, Masu'ud. **Jabal Amil no Quadro da Fragmentação Colonial do Levante Árabe**. In: Páginas da história de Jabal Amil. Beirute: Dar Al-Farabi - Conselho Cultural do Sul do Líbano, 1979.

DAHIR, Suleiman. **Páginas da história de Jabal Amel**. Beirut: Casa Islâmica para Impressão e Publicação. 2002.

DAKHLALLAH, Farah. What it means to be Shiite in Lebanon: Al Manar and the imagined community of resistance. London: **Westminster Papers in Communication and Culture**, v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.16997/wpcc.28>. Acesso em: 9 set. 2025.

DEWDNEY, John; YAPP, Malcolm Edward. **“Kemalism”**, In: Encyclopædia Britannica, 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Turkey/Kemalist-policies>. Acesso em: 22 abr. 2025.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **“Comissão King–Crane”**. In: Encyclopaedia Britannica, 2013. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/King-Crane-Commission>. Acesso em: 08 out. 2022.

FIRRO, Kais M. Ethnicizing the Shi'is in mandatory Lebanon. **Middle Eastern Studies**, v. 42, n. 5, p. 741-759, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00263200600827933>. Acesso em: 7 set. 2025.

FIVEABLE. **Turkification**. Vocab, Definition, Explanations. 2025. Disponível em: <https://>

library.fiveable.me/key-terms/history-middle-east-since-1800/turkification. Acesso em: 22 fev. 2025.

GEMAYEL, Pierre. **Connaissance des kataeb. Leur doctrine et leur politique nationales**. Dans les déclarations, messages, articles et lettres officielles. 1936. In: GEMAYEL, Pierre. Histoire des Forces Libanaises. Histoire des milices et des partis chrétiens de 1975 à nos jours. Disponível em: <https://histoiredesforceslibanaises.wordpress.com/category/kataeb/page/2/>. Acesso em: 09 fev. 2024.

GHARBIEH, Hussein M. **Political awareness of the Shi'ites in Lebanon: the role of Sayyid Abd al-Husain Sharaf al-Din and Sayyid Musa al-Sadr**. 1996. Tese (Doutorado) – Durham University, Durham, 1996.

GROSSI, Ken; MILLIGAN, Maren; WADDELOW, Ted. **Restoring Lost Voices of Self-Determination**. King-Crane Commission Digital Collection, Oberlin College, 2011. Disponível em: <https://www2.oberlin.edu/library/digital/king-crane/intro.html>. Acesso em: 15 set. 2023.

HALAWI, Majed. **A Lebanon defied: Musa al-Sadr and the Shi'a community**. Boulder. New York: Westview Press, 1992.

- HOURANI, Albert. From Jabal 'Âmil to Persia. United Kingdom: **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, v. 49, n. 1, p. 133–140, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0041977X00042555>. Acesso em: 9 set. 2025.
- KHALIDI, Tarif. **Shaykh Ahmad Arif al-Zayn and al-Irfan**. In: BUHEIRY, Marwan R.(ed.). Intellectual Life in the Arab East 1890–1939. Beirut: Center for Arab and Middle East Studies; American University of Beirut, 1981.
- KING, Henry Churchill; CRANE, Charles Richard. **The King-Crane Commission Report, August 28, 1919**: Report of (the) American Section of Inter-allied Commission of Mandates in Turkey: an Official United States Government Report by the Inter-allied Commission on Mandates in Turkey, American Section. New York: New York, Editor & Publisher Co. 1922. Disponível em: https://content.ecf.org.il/files/M00708_KingCraneReportTextEnglish.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.
- LABAKI, Boutros. Confessional communities, social stratification and wars in Lebanon. **Social compass**, v. 35, n. 4, p. 533-561, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/003776868803500406>. Acesso em: 9 set. 2025.
- LANIOL, Vincent. **The Paris Peace Conference (1919)**. Encyclopédie d'histoire numérique de l'Europe, Sorbonne Université, 2020. Disponível em: <https://ehne.fr/en/node/12228>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- LEFEBVRE, Camille. We have tailored Africa: French colonialism and the 'artificiality' of Africa's borders in the interwar period. **Journal of Historical Geography**, v. 37, no. 2, 2011, p. 191-202. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jhg.2010.11.004>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- LOUËR, Laurence. **Transnational Shia Politics**. Religious and political networks in the Gulf. London: Hurst Publishers, 2008.
- MAALOUF, Ramez Philippe. **Geoestratégias em confronto no Líbano em guerra (1975-90)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17102012-095211/en.php>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- MAKDISI, Ussama. Reconstructing the nation-state: The modernity of sectarianism in Lebanon.

Middle East Report, p. 23-30, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3013264>. Acesso em 9 set. 2025.

MANAR AL-HOUDA. **Beirute**: Al-Maaref Organização Islâmica. 2014.

MENEM, Issam Rabih. **A INCERTEZA EXISTENCIAL DA COMUNIDADE XIITA LIBANESA E SEUS MOVIMENTOS DE MILITARIZAÇÃO A PARTIR DE MUSA AL-SADR E O MOVIMENTO DOS DESERDADOS (1920 – 1978)**. Orientador: Dra. Sílvia Regina Feraboli. 2024. 100 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/277214>. Acesso em: 9 set. 2025.

MONTGOMERY, G. R. **Report on Syria**. Oberlin College Archives. [s.l.] Oberlin College. Archives, 1 ago. 1919. Disponível em: <http://dcollections.oberlin.edu/digital/collection/kingcrane/id/2575/rec/16>. Acesso em: 25 maio. 2024.

NEEP, Daniel. **Occupying Syria under the French mandate: insurgency, space and state formation**. Vol. 38. New York: Cambridge University Press, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas, Buenos Aires, CLACSO, p. 201-245, 2000.

RAYMOND, Candice. Vida, muerte y resurrección de la historia del Líbano, o las vicisitudes del Fénix. **Revue Tiers Monde**, v. 216, n. 4, p. 71-87, 2013. Disponível em: https://documentation.insp.gouv.fr/insp/doc/CAIRN/_b64_b2FpLWNhaXJuLmluZm8tUIRNXzlxNI8wMDcx/vie-mort-et-resurrection-de-l-histoire-du-liban-ou-les-vicissitudes-du-phenix. Acesso em 7 set. 2025.

SHAERY-EISENLOHR, Roschanack. **Shi'ite Lebanon: Transnational religion and the making of national identities**. New York: Columbia University Press, 2008.

TAQIEL-DIN, Suleiman. **Sul do Líbano sob os Pre-núncios da Independência**. In: Páginas da história de Jabal Amil. Beirute: Dar Al-Farabi - Conselho Cultural do Sul do Líbano, 1979.

TRABOULSI, Fawwaz. **A history of modern Lebanon**. London: Pluto Press, 2012.

WEISS, Max. Institutionalizing Sectarianism: The Lebanese Ja'fari Court and Shi'i Society under the French Mandate. *In: Islamic Law and Society*, v. 15, n. 3, p. 371-407, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/156851908X366165>. Acesso em: 3 set. 2025.

WU, Bingbing. Shi'ite Collective Identity and the Construction of the Nation-State of Lebanon. *Journal of Middle Eastern and Islamic Studies (in Asia)*, v. 3, n. 4, p. 53-64, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19370679.2009.12023142>. Acesso em: 9 set. 2025.

ZUGUEIB NETO, Jamil. Do trauma individual ao trauma coletivo. Os Xiitas do sul do Líbano e os bombardeios israelenses 2006. *Psicologia Revista*, v. 26, n. 1, p. 17-40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2017v26i1p.17-40>. Acesso em: 9 set. 2025.

NOTAS

¹O movimento kemalista, em homenagem a Mustafa Kemal Atatürk “foi um movimento de reforma política e social na Turquia que surgiu após a Primeira Guerra Mundial. O movimento foi caracterizado por uma série de reformas conhecidas como as "Seis Flechas": republicanismo, nacionalismo, populismo, estatismo, secularismo e revolução” (Dewdney; Yapp, 2025).

²Processo que busca promover a cultura, a língua e a identidade turca dentro dos territórios multiétnicos do antigo Império Otomano (Fiveable, 2025).

³Adjetivo gentílico dos naturais de Jabal Amil.

⁴Conferência internacional que estabeleceu os termos de paz após a Primeira Guerra Mundial (Laniol, 2020).

⁵Eruditos do Islamismo, aqueles que estudam e interpretam a doutrina islâmica (Afsaruddin, 2024).

⁶Faisal I bin al-Hussein bin Ali al-Hashemi, popularmente conhecido como Rei Faisal I, membro da família Hachemita, foi um político pan-arábico, protagonista da Grande Revolta Árabe (1916-1918)

e governou como rei do Iraque (1921-1933) e do Reino Árabe da Síria (1920) (Encyclopaedia Britannica, 2024).

⁷Um salão, sala ou edifício de congregação para cerimônias de comemoração onde muçulmanos xiitas se reúnem para sediar as comemorações de Ashura e do martírio do terceiro Imam (Hussein Ibn Ali) e para realizar encenações teatrais e apresentações musicais. É também onde as pessoas se reúnem para orações, em outros feriados religiosos e em funerais (Campo, 2009, p. 320-321).

⁸O nome se refere ao sexto Imam xiita, Imam Jaafar al-Sadiq, reconhecido como o fundador da Escola Jaafari de jurisprudência islâmica. A corte é composta por juízes muçulmanos xiitas, que aplicam a lei islâmica (sharia) em suas decisões, válida apenas para as partes envolvidas no caso, e mantém jurisdição sobre questões relacionadas ao direito de família, como casamento, divórcio, custódia e herança (Weiss, 2008).